



HISTÓRIA DA AGRICULTURA E SISTEMAS AGRÁRIOS: GENEALOGIA DE UM PROCESSO DE OCUPAÇÃO TARDIO E PERIFÉRICO NO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**History of agriculture and agrarian systems: genealogy of a late and peripheral occupation
process in the Northwest of the state of Rio Grande do Sul**

José Tobias Marks Machado¹, Lovois de Andrade Miguel², Jeferson Tonin³, Daniela Garcez Wives²

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS),
Porto Alegre, RS, email: tobias.machado@hotmail.com;

² Professor da UFRGS, Porto Alegre, RS;

³ Mestre em Desenvolvimento Rural pela UFRGS, Porto Alegre, RS.

Resumo: A metade norte do Rio Grande do Sul foi alvo de um intenso processo de colonização nos séculos XIX e XX. Atualmente essa região é predominante marcada pela presença de uma numerosa e, em certos casos, capitalizada, agricultura familiar. No entanto, são identificados locais periféricos, do norte gaúcho, que se caracterizam por terem sofrido um processo de ocupação tardio e precário. O objetivo desse trabalho é apresentar a evolução e a diferenciação da agricultura nos municípios de Porto Xavier, Porto Lucena e Porto Vera Cruz localizados às margens do Rio Uruguai, na região Noroeste do Estado. Utilizando a abordagem de sistemas agrários, buscou-se identificar as diferentes etapas e momentos da evolução e diferenciação da agricultura da região de estudo. Igualmente, procedeu-se a identificação e análise dos diferentes sistemas de produção e estratégias colocadas em prática pelos diferentes tipos de agricultores desta região. Pode-se assim identificar e compreender as especificidades históricas que incidiram diretamente no processo de diferenciação social, bem como na dinâmica atual do desenvolvimento rural da região. O estudo evidenciou que realidade analisada se caracteriza por ser uma sociedade agrária fortemente marcada por um caráter periférico do ponto de vista econômico, e por uma dinâmica da agricultura complexa e diferenciada.

Palavras-chave: agricultura familiar, diferenciação social, sistemas agrários.

Abstract: The northern of Rio Grande do Sul was the object of an intense colonization process in the 19th and 20th centuries. Currently this region is predominant marked by the presence of the family farm, and in many cases capitalized forms of the family farming. However are identified peripheral sites, from the north of the state of Rio Grande do Sul, characterized by having undergone a process of late and precarious occupation. The objective of this work is to present the evolution and differentiation of agriculture in the municipalities of Porto Xavier, Porto Lucena and Porto Vera Cruz, located on the Uruguay River in the northwest region of the State. Using the approach of agrarian systems, we sought to identify the different stages and moments of the evolution and differentiation of the agrarian systems of the study region. Likewise, we have identified and analyzed the different production systems implemented by types of farmers in this region over time. It is possible to identify and understand the historical specificities that directly affected the process of social differentiation, as well as the current dynamics of rural development in the region. The study evidenced that analyzed reality is characterized by being an agrarian society strongly marked by a peripheral character from the economic point of view, and by a dynamic of agriculture complex and differentiated.

Keywords: family farming, social differentiation, agricultural systems.

1 INTRODUÇÃO

A heterogeneidade do meio natural do Rio Grande do Sul marcou de forma clara e indiscutível o seu processo de ocupação humana. Uma aproximação mais acurada da constituição e da evolução da agricultura do Rio Grande do Sul revela duas linhas evolutivas muito distintas. A primeira linha de evolução ocorreu nas regiões fisiográficas originalmente cobertas predominantemente por uma vegetação campestre, localizadas na metade sul do estado e em parte do Planalto Médio. A segunda linha de evolução da agricultura gaúcha ocorreu em regiões fisiográficas originalmente cobertas por florestas (MIGUEL, 2009).

Como característica peculiar, grande parte das regiões de florestas tiveram a implementação de projetos de colonização, em que agricultores de origem europeia não ibérica foram assentados em pequenas glebas de terra. Segundo Silva Neto (1994), a expansão da colonização das regiões de florestas pode ser dividida em três períodos. O primeiro ocorre entre os anos 1824 e 1890, época em que foram estabelecidas as chamadas “Colônias Velhas” em um raio de 200 quilômetros da Capital Gaúcha, Porto Alegre. O segundo período tem início em 1890 com a fundação das “Colônias Novas”, no noroeste do estado e se estendeu até 1920. Posterior a essa data ocorre o terceiro avanço da ocupação, em que são incorporadas as áreas de floresta remanescente e marginais do noroeste gaúcho.

Os dois primeiros movimentos de colonização, ocorridos entre 1824 e 1920, apresentam semelhanças importantes no que se refere ao modo de organização da ocupação do espaço, sendo ambos realizados por empresas públicas e privadas especializadas no estabelecimento de áreas de colonização, que disponibilizavam infraestrutura adequada aos agricultores recém-instalados (ZARTH, 1997). Segundo Silva Neto (2015a), esse modo de assentamento teve importante relevância para a sustentação de processos de acumulação de capital na agricultura e, por consequência, o estabelecimento de uma agricultura familiar com relativo dinamismo nos períodos subsequentes a ocupação.

Diferente disso, porém, o terceiro período, iniciado após 1920, incorporou as áreas florestais remanescentes e marginais, localizadas principalmente no centro norte do estado e nas regiões margeadas pelo Rio Uruguai na fronteira com a Argentina. Segundo Silva Neto (2014, 2015b), esse terceiro processo de ocupação pode ter suscitado em uma maior precariedade, heterogeneidade, complexidade e adversidade, para a consolidação e desenvolvimento da agricultura

nesses locais. Nesse sentido, embora diversos trabalhos já tenham se referido ao processo de colonização e desenvolvimento da agricultura familiar nas regiões pertencentes às Colônias Velhas e Colônias Novas (CALLEGARO & TREVISAN, 2005; SILVA NETO et al., 2008; CONTERATO et al., 2010; NIEDERLE, 2007, entre outros), ainda permanece uma carência de estudos mais aprofundados acerca dos fenômenos sociais ocorridos nas regiões periféricas que sofreram uma ocupação mais tardia. Aqui cabe destaque para o fato de que o entendimento de “regiões periféricas” adotado, apresenta relação direta com o conceito de distância em relação ao centro. Nesse caso, sendo considerado como centro tanto as Colônias Novas instaladas no noroeste entre 1890 e 1920, como as Colônias Velhas, instaladas próximas a Porto Alegre, desde 1824.

Diante do exposto, este trabalho tem como objetivo explicitar e compreender as dinâmicas socioeconômicas em uma região de colonização recente localizada na região noroeste do Rio Grande do Sul. Mais que uma análise da situação atual da agricultura, busca-se compreender as origens do processo de diferenciação social que operaram nesta sociedade agrária, colocando em evidência as especificidades que tendem a conferir uma dinâmica própria e diferenciada a esta região atualmente. Dito de outra forma, o trabalho busca responder duas questões de pesquisa principais, sendo estas as seguintes: Quais são as especificidades do processo de evolução e diferenciação da agricultura? Quais são as estratégias produtivas desenvolvidas pelos agricultores em regiões periféricas do noroeste do Rio Grande do Sul atualmente?

Como base empírica para o estudo, foram escolhidos os municípios de Porto Xavier, Porto Lucena e Porto Vera Cruz, localizados às margens do Rio Uruguai. Tal escolha se justifica pelas características edafoclimáticas e ambientais, mas, sobretudo, pelo processo de colonização ocorrido nesse espaço agrário, haja vista que os referidos municípios representam com acuidade uma região periférica do noroeste do Rio Grande do Sul.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada neste estudo está baseada em Miguel (2009) e em Mazoyer e Roudart (2010). Segundo Mazoyer e Roudart (2010, p. 43), “[...] cada sistema agrário é a expressão teórica de um tipo de agricultura historicamente constituído e geograficamente localizado, composto de um ecossistema cultivado característico e de um sistema social produtivo definido.” A abordagem de

sistemas agrários é um instrumento intelectual que permite apreender a complexidade de cada forma de agricultura e de perceber, em grandes linhas, as transformações históricas e a diferenciação geográfica das agriculturas empreendidas pelo homem.

A operacionalização do conceito de Sistemas Agrários ocorreu através da realização do diagnóstico de sistemas agrários (MIGUEL, 2009). Segundo Dufumier (2007), cinco etapas constituem um diagnóstico, sendo as três primeiras consideradas essenciais para o entendimento da dinâmica e a diferenciação da agricultura ao longo do tempo e por isso as utilizadas no presente trabalho. A primeira consiste no *zoneamento regional*, no qual se busca caracterizar e delimitar o espaço geográfico, sendo descritas as diferentes paisagens agrárias e suas características fundamentais do ponto de vista geomorfológico, natural e humano. A segunda etapa consiste na caracterização da evolução e diferenciação dos sistemas agrários, explicitando os aspectos referentes à interação entre o *ecossistema cultivado* e o *sistema social produtivo*, tendo em vista de explicar os fatores desencadeadores do declínio/decadência e surgimento/apogeu dos diferentes sistemas agrários que se sucederam ao longo da história agrária (MIGUEL, 2009). É na terceira etapa que são elaboradas tipologias que representam, em termos teóricos, os diferentes tipos de sistemas de produção colocados em prática pelos agricultores. Deve se destacar que a construção das tipologias não privilegia a representatividade estatística de cada Tipo de agricultor, mas sim busca abranger a maior diversidade de produtores e sistemas de produção existentes (DUFUMIER, 2007).

No presente trabalho, o zoneamento regional foi realizado inicialmente com dados secundários obtidos na bibliografia especializada sobre aspectos geográficos da região de estudo. Em um segundo momento, procederam-se as observações a campo, buscando compreender as principais especificidades da paisagem agrária. No que se refere à reconstrução da evolução histórica da agricultura, utilizaram-se fontes de caráter primário e secundário. Para coleta de dados primários foram realizadas entrevistas junto a "informantes-chave". As informações coletadas junto a esses entrevistados serviram para construção e descrição dos sistemas agrários mais recentes na história dos municípios estudados, especificamente, serviram para a reconstrução do Sistema Agrário Colonial e Contemporâneo. Os informantes foram agricultores e outros atores sociais que vivenciaram o desenvolvimento da agricultura local (extencionistas e sindicalistas). Todos os entrevistados tinham idade superior a

quarenta e cinco anos e eram residentes do local a pelo menos trinta e cinco anos. Foram realizadas 25 entrevistas entre os meses de maio de 2016 e março de 2017. Desse total de entrevistas, sete foram realizadas em Porto Xavier, oito em Porto Lucena e outras dez coletadas no município de Porto Vera Cruz.

3 BREVE DESCRIÇÃO DA REGIÃO DE ESTUDO

Geograficamente, os municípios de Porto Xavier, Porto Lucena e Porto Vera Cruz, estão localizados no noroeste do estado do Rio Grande do Sul, sendo os três municípios margeados a leste e a noroeste, pelo Rio Uruguai o qual marca a fronteira entre Brasil e Argentina (Figura 1). Juntos esses três municípios apresentam uma extensão de 614,60 km² (IBGE, 2010).

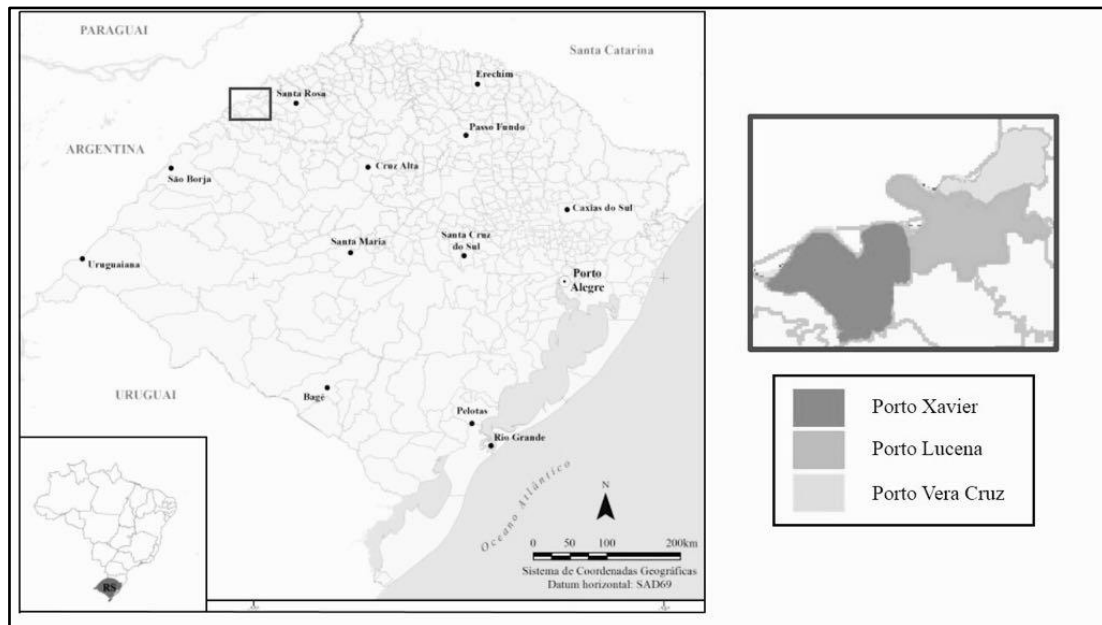
Pelas especificidades de sua localização geográfica, entre o Rio Pelotas e o Planalto basáltico, o espaço agrário compreendido por esses municípios, pode ser considerado uma zona de transição com características edafoclimáticas particulares. Segundo classificação de unidades de paisagem proposta por Suertegaray e Guasselli (2004), a paisagem natural da região é composta por uma floresta estacional decidual, com relevo variando entre ondulado a fortemente ondulado, marcado pela presença de colinas e de vales. Conforme Streck et al. (2008), os solos encontrados nas margens do Rio Uruguai se originam de rochas basálticas, ocorrendo principalmente Neossolos Litólicos ou Regolíticos, Chernossolos e Cambissolos, apresentando um perfil com baixa profundidade. Identifica-se a presença, em pontos dispersos, de solos mais intemperizados e profundos, como Latossolos, sendo estes encontrados apenas na direção oposta das margens do Rio Uruguai, ou seja, na direção leste.

Do ponto de vista paisagístico, pode-se identificar a existência de três unidades de paisagem distintas. A primeira delas, denominada Unidade de Encosta, ocorre em locais com maior declive mais acentuado. No entanto, internamente a essa unidade há uma variação do relevo, o qual varia entre declivoso a muito declivoso. Os solos dessa unidade apresentam baixa profundidade do perfil, porém, do ponto de vista químico são solos com alto potencial agrícola. Como será visto adiante, no caso da agricultura local, durante o início da colonização os solos com declives menos acentuados, mas pertencentes à Unidade de Encosta, foram os preferidos pelos primeiros imigrantes. A segunda unidade de paisagem identificada é a Unidade de Vale. Essa unidade se caracteriza principalmente

por ocorrer às margens do Rio Uruguai e dos seus afluentes. Na paisagem essa unidade se encontra associada a Unidade de Encosta, estando logo em seguida ao arrefecimento do relevo. Assim, o relevo se caracteriza por ser plano à suavemente ondulado. Uma característica dessa unidade é de não abrigar áreas densamente povoadas por florestas, mas sim áreas com vegetação campestre. Dada a proximidade entre essas unidades e os leitos fluviais, uma característica diferencial é a possibilidade de inundação eminente nos períodos

de maior precipitação. A proximidade ao leito dos rios faz ainda com que ocorram áreas com problemas de drenagem, originando áreas de várzea. Por fim, a Unidade Planalto é nomeada dessa forma por apresentar as características comuns àquelas presentes no planalto do noroeste do Rio Grande do Sul. Tais características são relevo ondulado a suavemente ondulado e com a presença de solos profundos. Como será destacado, durante a ocupação dos três municípios essa unidade da paisagem foi pouco ocupada.

Figura 1 - Localização dos municípios de Porto Xavier, Porto Lucena Porto Vera Cruz, situados na região Noroeste do estado do Rio Grande do Sul

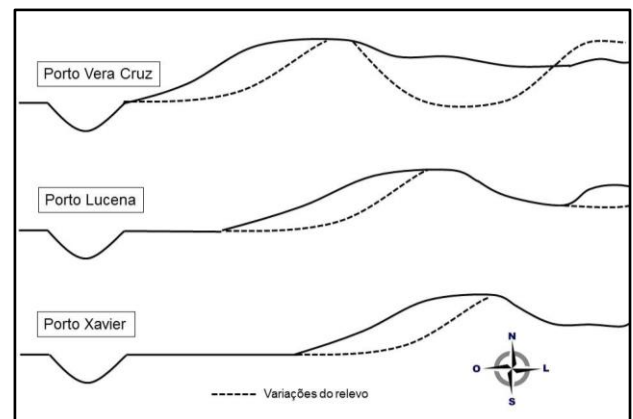


Fonte: FEE Dados (2017). Elaborado pelos autores.

A distribuição espacial destas unidades de paisagem na região de estudo apresenta importantes especificidades (Figura 2). Ao Sul da região delimitada, mais precisamente no município de Porto Xavier, identificam-se áreas das Unidades de Vale razoavelmente extensas às margens do Rio Uruguai. À medida que se distancia da margem do Rio Uruguai, na direção Leste, o relevo se torna progressivamente mais ondulado, até formar encostas e montanhas, configurando a Unidade de Encosta. Posteriormente, quando a ondulação se arrefece, e ganha maior distância no sentido leste se configura a Unidade de Planalto. Seguindo o leito do Rio Uruguai na direção norte, a Unidade de Encosta verificada em Porto Xavier, ganha maior proximidade das margens do Rio Uruguai, sendo que à medida que avança nesta direção, e atinge o município de Porto Lucena é notada a diminuição do tamanho da Unidade de Vale próxima ao leito, havendo assim a “aproximação” das áreas da Unidade de Encosta e Planalto. Desse modo, Porto

Lucena é cortado pela cadeia de montanhas da Unidade de Encosta, a qual divide as Unidades de Vale e Unidade Planalto nesse município.

Figura 2 - Toposequência esquemática, representando as variações de relevo em Porto Xavier, Porto Lucena e Porto Vera Cruz



Fonte: Elaborado pelos autores.

Ainda mais ao norte, no município de Porto Vera Cruz, é notada uma intensificação da presença da Unidade de Encosta, com o relevo se tornando fortemente ondulado, condicionando à formação de vários vales de menor tamanho entre as cadeias de montanhas que se intensificam. Nesse município não é constatada a presença da Unidade Planalto.

Além desses três complexos de paisagem, de um modo geral a região apresenta um clima temperado chuvoso, úmido em todas estações do ano e com verões quentes. O regime de chuvas apresenta uma precipitação média anual entre 1.800 e 2.000 milímetros, sendo as chuvas bem distribuídas ao longo do ano. Além dessas

características gerais, ressalta-se uma especificidade que é a ação termorreguladora do Rio Uruguai sobre as áreas de margens e de proximidade, amenizando temperaturas extremas e reduzindo a ocorrência de geadas durante o inverno.

Em termos demográficos, uma característica comum aos municípios estudados diz respeito ao fato de apresentarem uma população majoritariamente rural, sendo que mais da metade da população reside na zona rural (Tabela 1). Igualmente, esses municípios apresentam uma baixa concentração fundiária (índice de Gini entre 0,2870 a 0,3840) e uma baixa concentração de renda (índice de Gini entre 0,4204 a 0,4791).

Tabela 1 - Indicadores populacionais e de concentração fundiária e de renda dos municípios estudados.

Município	População total	Percentual da População Rural	Índice de Gini da Renda	Índice de Gini da Estrutura Fundiária
Porto Xavier	10.558	51%	0,4791	0,3840
Porto Lucena	5.413	57%	0,4397	0,3100
Porto Vera Cruz	1.852	76%	0,4204	0,2870

Fonte: IBGE (2010).

Os indicadores socioeconômicos (Tabela 2) apontam para a existência de uma situação de pobreza e de vulnerabilidade social superior a encontrada na média do Rio Grande do Sul e na média referente ao Brasil. Nesse sentido, a renda per capita é 1/3 inferior à renda per capita média estadual, por exemplo.

Tabela 2 - Índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM), percentual de pobres e extremamente pobres (P&EP) e renda per capita (RPC) para os municípios estudados e para o Rio Grande do Sul e Brasil - 2010.

Município	IDHM	P&EP (%)	RPC (R\$)
Porto Xavier	0,723	15,92	574,32
Porto Lucena	0,693	13,92	621,82
Porto Vera Cruz	0,690	17,85	490,03
Rio Grande do Sul	0,746	8,35	959,24
Brasil	0,727	17,80	668,00

Fonte: PNUD, IPEA e FJP (2017).

A tabela 2 demonstra, também, que Porto Xavier o qual tem o maior índice de desenvolvimento humano municipal (0,723), dentre os três municípios analisados, fica com um indicador inferior ao do encontrado para o estado do Rio Grande do Sul. Já Porto Vera Cruz com um IDHM de 0,690 possui o índice mais baixo. Por fim, tanto à exiguidade do meio natural em que estão localizados os municípios, como seus indicadores

socioeconômicos, indicam o caráter periférico de Porto Xavier, Porto Lucena e Porto Vera Cruz.

4 PRINCIPAIS MOMENTOS DA HISTÓRIA DA AGRICULTURA DE PORTO XAVIER, PORTO LUCENA E PORTO VERA CRUZ

Os principais momentos da história da agricultura local podem ser compreendidos em quatro distintos e sucessivos Sistemas Agrários: *Sistema Agrário Indígena*, *Sistema Agrário Caboclo*, *Sistema Agrário Colonial* e o *Sistema Agrário Contemporâneo*.

4.1 Sistema Agrário Indígena (6.000 a.p.¹ a 1750)

Esse Sistema Agrário tem seu início com os primórdios da ocupação humana do que viria ser o estado do Rio Grande do Sul, a qual ocorreu há ao menos seis mil anos antes do presente, em que populações pré-colombianas de caçadores coletores, especialmente do grupo Gês foram os primeiros habitantes (MIGUEL, 2009). A chegada dos Guaranis ocorreu, de acordo com Frantz e Silva Neto (2015), no século V de nossa era, sendo que esses povos parecem ter chegado via o Rio Uruguai. Os Guaranis já conheciam agricultura, sendo considerados os primeiros agricultores a adentrarem o território do Rio Grande do Sul, colaborando para a disseminação de inovações neolitizantes (KERN, 1994).

¹Antes do presente (a.p.).

Esses povos faziam agricultura, utilizando técnicas de derrubada e queimada, cultivando mandioca, milho, batata doce, feijão, fumo e erva-mate, tendo ainda a alimentação complementada com a caça e a pesca. As áreas de florestas abrigaram praticamente toda a população Guarani, sendo que os inúmeros cursos d'água, fauna e flora diversificada presentes às margens do Rio Uruguai, bem como as várzeas de rios, garantiram os meios de sobrevivência desses povos (FRANTZ; SILVA NETO, 2015). A chegada dos padres jesuítas, a partir de 1626, marca o início da decadência da hegemonia Guarani na região. O primeiro movimento de avanço dos jesuítas espanhóis, ocorrido pelo leste do Rio Uruguai, durou 10 anos, de 1626 a 1636. Ao avançarem sobre as áreas ocupadas pelas populações Guarani, os catequizadores já encontravam a agricultura de derrubada e queimada praticada pelos habitantes locais (FRANTZ; SILVA NETO, 2015). Concomitantemente a esse primeiro avanço jesuíta, ocorre de modo simultâneo e conflitante, a ação de bandeirantes paulistas na região, que objetivava o apresamento do índio para que esse servisse de força de trabalho nas plantações de cana de açúcar do Nordeste do país. Tal apresamento foi mais importante entre 1636 e 1641, momento em que as dificuldades de tráfico de escravos africanos fez com que fosse constante a descida de bandeirantes paulistas ao Rio Grande do Sul (FRANTZ; SILVA NETO, 2015; RUCKERT, 1997).

Segundo Pesavento (1984), os objetivos claramente conflitantes entre as ações jesuítas e bandeirantes, desarticula o trabalho dos primeiros, que admitem como frustrada esse primeiro avanço e tentativa de catequização, abandonando a região por volta de 1640. O retorno dos jesuítas iria ocorrer em 1682, momento que então fundam os Sete Povos das Missões. Essa segunda tentativa de organização religiosa obteve significativo êxito, absorvendo grande parte do contingente de índios guaranis (FRANTZ; SILVA NETO, 2015). No entanto, o Tratado de Madrid, firmado entre Portugal e Espanha em 1750, estabeleceria que a região dos Sete Povos passasse ser de Portugal, que daria em troca da Colônia do Sacramento aos Espanhóis (DURDUMEL et al., 1995). A resistência dos Guaranis suscitou na Guerra Guaranítica, a qual dizimou grande parte da população indígena e pôs fim a experiência jesuítica na região em 1752.

4.2 Sistema Agrário Caboclo (1750 - 1920)

Segundo Frantz e Silva Neto (2015), os caboclos são agricultores pobres que estiveram presentes ao longo do processo de formação da agropecuária

gaúcha, no entanto sempre subordinados e dependentes nesse processo. Entre as possíveis origens dessa população, definidas por Frantz e Silva Neto (2015), pode-se identificar que para a metade norte do RS os caboclos seriam descendentes: (i) de índios sobreviventes dos diversos conflitos bélicos, (ii) de encontros fortuitos e geralmente violentos entre militares e a população civil durante os períodos de conflitos para o controle da região, (iii) de bandeirantes e tropeiros paulistas e (iv) de colonos descendentes de europeus empobrecidos. Ao menos para o período analisado, 1750 a 1920, a origem dos caboclos da região provavelmente esteve relacionada às três primeiras origens descritas.

Assim, a partir de 1750, os sobreviventes da Guerra Guaranítica buscam refúgios nas florestas da região e nos vales de rios, passando a subsistirem realizando a caça, coleta, pesca e praticando da agricultura de derrubada e queimada, como também certa proteção, dado o isolamento desses locais. Devido à proximidade geográfica com o norte do estado, fortemente marcado pela presença de povos Caingangues (KUJAWA; TEDESCO, 2014), possivelmente os sobreviventes guaranis tiveram de conviver com grupamentos dessa etnia nesse período.

Ruckert (1997) destaca que entre 1750 e 1800, a região noroeste se caracterizou pela decadência das reduções e o abandono a qual é lançada, quer pela administração espanhola que sucede os jesuítas, quer pelos portugueses que a substituí. Segundo Zarth (1997), nos primórdios do século XIX ocorre a ocupação das terras de campo da região (principalmente Cruz Alta, Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga), marcando o surgimento dos latifúndios e excluindo os caboclos descendentes de indígenas. De acordo com Martini (1993), em paralelo ao período de instalação das estâncias no noroeste, ocorre uma supervalorização da erva mate, resultante da suspensão da exportação do produto pelo governo paraguaio. Tal valorização condicionou uma intensa exploração dos ervais públicos presentes nas florestas da região, por parte dos caboclos, significando uma possibilidade de integração desses indivíduos ao mercado regional, ainda que de forma precária.

A promulgação da chamada "Lei de Terras" em 1850 incentivaria os latifundiários pecuaristas do noroeste a estenderem seus domínios para as áreas florestadas. Para Zarth (1997), esse movimento de apropriação levou a uma série de conflitos entre a elite pastoril e os caboclos coletores de erva mate, que não tinham a regularização jurídica de suas áreas. Segundo Reichert (2010), os ervais públicos foram sendo progressivamente usurpados e

privatizados por grandes proprietários de terras, com a condescendência do poder político local. O movimento de apropriação das áreas de floresta pela elite pastoril teve o intuito de fazer a regularização jurídica para posterior venda, uma vez que era de conhecimento da elite da época que essas áreas serviriam, no período seguinte, para os novos projetos de colonização (ZARTH, 1997). O autor argumenta ainda que essa dinâmica resultaria em uma sistemática exclusão dos caboclos, restando a estes tornarem-se trabalhadores nos precários e escassos empregos nas fazendas, ou penetrar mata adentro em terras inóspitas e ainda devolutas.

O início da colonização na região Noroeste, em 1890 com a fundação da colônia de *Ijuhy*,² inaugura uma nova fase da ocupação do noroeste, onde grandes contingentes demográficos são deslocados a região, via política oficial (ZARTH, 1997). Uma vez que as colônias vão sendo instaladas, temporalmente e geograficamente no sentido “leste – oeste” (Ijuí, em 1890; Cerro Largo, em 1902; Santo Cristo, em 1910), os caboclos são constantemente deslocados em direção às margens do Rio Uruguai.

Nesse período, a agricultura é baseada no sistema de cultivo de derrubada e queimada, com a utilização de equipamentos essencialmente manuais (machados e enxadas). Os caboclos tinham como atividades de subsistência, o cultivo do milho, da mandioca e do feijão, junto à criação de alguns porcos e de ao menos um bovino, como caracterizou Ruckert (1997). Apesar de uma relativa integração ao mercado com a valorização da erva mate, o isolamento da Região, a precária infraestrutura viária e a paulatina desapropriação fundiária, fez com que esse período fosse marcado por um caráter marginal e fracamente integrado na economia regional.

4.3 Sistema Agrário Colonial (1920 - 1980)

Nas regiões periféricas do noroeste do Rio Grande do Sul, o Sistema Agrário Colonial inicia com a chegada da frente colonizadora, que há três décadas já vinha formando colônias na região Noroeste. Como destacado por Silva Neto (1994), a imigração de agricultores para essas regiões marcou o terceiro e último processo de colonização do Rio Grande do Sul. Como característica geral, o mesmo teve a predominância da colonização privada e incorporou a agricultura colonial às últimas áreas de floresta do noroeste gaúcho.

É nesse último período que ocorre a colonização dos três municípios estudados. De acordo com Frantz e Silva Neto (2015), em 1920 o governo gaúcho suspende a política pública de colonização por falta de recursos. Embora enquanto política pública a mesma seja extinta, a disponibilidade de áreas florestadas ainda não exploradas na região Noroeste; a demanda por terras pelos colonos ainda não assentados; e, a existência de companhias privadas de colonização impulsionaram esse terceiro ciclo. Porém, inúmeras são as especificidades dessa ocupação.

Segundo a história oficial do município de Porto Lucena (PMPL, 2003) e dados coletados a campo, o maior fluxo de imigrantes ocorreu a partir da década de 1920, sendo em sua grande maioria feita por colonos alemães, poloneses e russos oriundos de outras colônias próximas e mais antigas, como Cerro Largo, Guarani das Missões, Santo Cristo e Três de Maio. Informantes locais destacam ainda um fluxo de imigrantes descendentes de italianos vindos das Colônias Velhas³, pouco antes de 1920.

Dado que a chegada dos imigrantes na região não foi temporalmente concentrada, os primeiros colonizadores se ocuparam principalmente das regiões da Unidade de Encosta com declives mais suaves, próximos a atual sede de Porto Lucena. Não fazendo uso das áreas pertencentes a Unidade de Vale e Planalto e daquelas pertencentes a Unidade de Encosta que tivessem um alto declive e baixa profundidade do perfil do solo. Quanto ao acesso aos lotes, nesse primeiro momento, a maior parte dos agricultores adquiriu uma colônia de terras (25 hectares), embora sejam relatados casos de compras de áreas maiores, de duas e até três colônias. Desse modo, a decisão pela compra de uma colônia dava-se pela condição financeira do agricultor, pois não havia restrições legais ou morais para a compra de áreas maiores.

Em termos agrícolas, esse período foi marcado inicialmente pela utilização do sistema de cultivo de derrubada e queimada. Sistema de cultivo esse que se assemelhava ao implementado pelos indígenas e caboclos, porém com a peculiaridade de uma redução do tempo de pousio. Dessa forma, dado o fato de que cada agricultor geralmente possuía uma área inferior a 25 hectares, tornava-se mais difícil o estabelecimento de um pousio suficientemente longo, em termos temporais, para o restabelecimento completo da fertilidade do solo. De todo modo, o desgaste do solo não se manifestou

² A colônia de Ijuhy corresponde ao atual município de Ijuí, localizado no noroeste do Rio Grande do Sul.

³ As Colônias Velhas se referem aos locais, próximos a Porto Alegre, que receberam os primeiros imigrantes europeus não

ibéricos, marcando o primeiro período de colonização europeia não ibérica do Rio Grande do Sul.

como problema nas primeiras décadas de colonização, graças a alta fertilidade inicial. Sendo que os sinais de crise na reprodução da fertilidade se acentuariam e se tornariam limitantes da produção no médio e longo prazo, a partir dos anos 1960 e 1970, quando ocorreria uma maior intensificação dos sistemas produtivos.

Nesse primeiro momento, o modo de agricultura assegurou a subsistência dos agricultores assim como a geração de excedentes agrícolas. A possibilidade de dispor de excedentes agrícolas perdurou até aproximadamente 1950, basicamente em feijão, milho e fumo, que eram principalmente trocados por outros gêneros produzidos na vizinha Argentina, tal como o couro e o sal. Os produtos eram intercambiados pela travessia do Rio Uruguai, não sendo estabelecidas trocas monetárias nesse período, nem com outras regiões, dado o alto grau de isolamento local.

Cabe ressaltar que essas colônias foram confrontadas até a década de 1950 a uma precária infraestrutura viária. A inserção da comunidade local ao sistema viário ocorre somente na década de 1952, com a construção da estrada rodoviária ligando estes três municípios aos municípios de Santo Cristo e Santa Rosa⁴. Nos anos 1950 são também melhorados os acessos rodoviários aos municípios vizinhos.

A interação entre caboclos e colonos parece ter sido comum no início da colonização, uma vez que as entrevistas realizadas apontam a existência da categoria de agricultores meeiros. Nesse sentido, por não possuírem terras nem outros meios de produção, muitos caboclos estabeleceram relações de parceria com os agricultores colonizadores, onde cultivavam pequenas áreas e disponibilizavam a sua mão de obra aos colonos imigrantes. É pertinente ressaltar aqui que a política de colonização contemplava quase exclusivamente os agricultores de origem europeia, renegando a população cabocla o acesso a propriedade (ZARH, 1997). Nesse sentido, Frantz e Silva Neto (2015) afirmam que foi decisivo o entendimento, pelo Estado, de que os imigrantes eram, mediante ao seu trabalho, capazes de produzir riqueza, enquanto imaginava-se os caboclos como agricultores indisciplinados e tecnicamente não capazes.

Mesmo que em maior ou menor grau os colonos tivessem disponíveis algumas ferramentas e equipamentos (como machados, serras, carroças, arados de tração leve), o pressuposto de menor capacidade técnica é posto em xeque quando analisados os sistemas de produção empreendidos

pelos descendentes europeus nesse período. Invariavelmente o modo de produção colonial se assemelhava, em inúmeros aspectos, com a agricultura praticada pelos caboclos e em certo modo com a agricultura indígena. Uma vez que ambos os grupos praticavam uma agricultura de derrubada e queimada (MIGUEL, 2013; FRANTZ; SILVA NETO, 2015; ZARTH, 1997; MACHADO et al., 2016; TONIN et al., 2016).

Do processo de formação do Sistema Agrário Colonial podem ser pontuadas até aqui duas especificidades que diferenciam a história local do ocorrido nas colônias fundadas anteriormente, sendo estes: (i) um menor apoio e organização no processo de ocupação do território; e (ii) uma convivência e interação com os remanescentes do Sistema Agrário Caboclo.

Sobre o primeiro ponto, tratando-se da divisão das terras, na maior parte das Colônias Velhas e nas Colônias Novas, houve uma fiscalização ativa em relação ao tamanho das áreas ocupadas pelos agricultores. Isso para que se pudesse garantir equidade em relação ao tamanho dos lotes e o assentamento do maior número possível de agricultores. Na colônia de Cerro Largo, Machado et al (2016) apontam a Igreja Católica como instituição reguladora do tamanho das áreas, sendo que nenhum lote vendido apresentava dimensões superiores a 25 hectares. Durante a instalação dessa colônia era vedada a possibilidade de uma família de agricultores possuir mais do que um lote de terras. Mesma dinâmica é apontada na instalação da Colônia de São Pedro do Butiá, colônia vizinha à Cerro Largo (TONIN et al., 2016).

Além disso, o apoio para a instalação dos agricultores chama a atenção. Na pesquisa de campo e na busca de documentos históricos não foram encontrados informações sobre algum tipo de suporte para instalação dos agricultores. Contrastando assim com os processos anteriores, os quais possuíam planejamento e, em certos casos, trabalho especializado para criação de uma infraestrutura básica no assentamento dos colonos. Tratando-se de algumas das Colônias Novas, que tiveram o processo organizado por empresas públicas, Silva Neto (2014) argumenta que os agricultores dispunham da possibilidade de trabalhar em obras públicas como a construção de estradas, para pagar seus lotes. Tal fato, além de facilitar a compra das terras, acabou por melhorar os canais de acesso e transporte do noroeste colonial. Infraestrutura viária essa que seria crucial, àquelas

⁴ Santa Rosa conta atualmente com uma população de 70 mil habitantes, sendo que era desde esse período uma das principais cidades do noroeste gaúcho.

colônias, para o escoamento dos excedentes agrícolas no período seguinte à colonização.

Levando-se em conta o fato de que a colonização das regiões periféricas contou com a participação de empresas privadas, cabe apresentar o argumento de Sponchiado (2000). Para o autor, as companhias privadas de colonização não atentavam devidamente a aspectos como a abertura de estradas para acesso às colônias, nem mesmo observavam a disponibilidade e o acesso à água aos lotes a serem ocupados pelos agricultores. Sugerindo que a presença do Estado fiscalizando tais companhias teria resultado num processo mais bem planejado, no período anterior a 1920.

Assim, enquanto no processo de colonização nas Colônias Velhas e nas Colônias Novas houve a participação ativa de companhias que ofereciam algum tipo de suporte, via organização da divisão igualitária dos lotes e no planejamento e desenvolvimento da infraestrutura básica para a instalação dos agricultores, nas regiões periféricas do noroeste esse processo se desenvolveu de forma muito mais precária.

Outra questão diferencial é a própria convivência entre colonos e caboclos, que não foi comum nas experiências de colonização. Como afirma Martins (1975), a colonização deslocava agrupamentos humanos para o que chama de "*frentes de expansão*". Caracterizada por conter indivíduos que praticavam agricultura de subsistência, que não eram privilegiados pela política de colonização, que possuíam baixa interação com o mercado e que posteriormente seria substituída pela colonização organizada. Uma vez que a colonização chegara às margens do Rio Uruguai essa população estava encurralada, com menores e mais penosas possibilidades de nova migração e por consequência maior dificuldade de formação de uma nova "*frente de expansão*", tendendo a formação de esquemas de parceria com os agricultores descendentes de europeus, tal como o destacado anteriormente.

Cabe reforçar ainda que, ao menos nesse primeiro momento, a colonização se ocupou apenas da Unidade de Encosta com os menores declives e que eram detentoras de maior aptidão agrícola na época. Assim, em vista da disponibilidade de terras mais longínquas do centro da Colônia, conjuntamente com a necessidade de busca de novas áreas para o assentamento dos descendentes dos agricultores que chegaram primeiro e de outros imigrantes vindos das Colônias Novas, há na década de 1950 um novo movimento de ocupação. Esta ocupação ocorreria nas áreas preteridas durante a formação da colônia, mas que nesse novo avanço passaria a ocupar as áreas pertencentes às Unidades de Encosta com declives maiores e com solos rasos,

e as áreas da Unidade de Vale e Planalto. Esse fluxo migratório não teve amparo organizacional nenhum, sendo que muitos colonos passam a se instalar nas terras pela compra do direito de "posse", as regularizando ao comprovar que poderiam fazer sua exploração efetiva. Não havendo assim uma uniformidade no tamanho dos lotes ocupados, nem sendo possível o desenvolvimento de um planejamento mínimo da instalação. Além disso, dado que a formação do Sistema Agrário Colonial se utilizou principalmente da Unidade de Encosta com menores declividades, as terras mais declivosas dessa unidade e as pertencentes à Unidade de Vale haviam servido como área de habitação de parte do contingente caboclo local. Porém, o interesse na incorporação destas áreas pelos novos colonos se traduziu na dificuldade de manutenção dos caboclos nesses locais, havendo uma nova exclusão dos últimos.

Além das particularidades da dinâmica de ocupação fundiária já apontadas, pode-se destacar mais duas especificidades da história agrária local. Uma delas diz respeito à longa duração do processo de colonização, que entre o primeiro avanço e a total ocupação, se alongou por mais de 30 anos. A segunda especificidade está relacionada à exiguidade dos lotes acessados por aqueles agricultores da colonização mais tardia.

A redução do isolamento local e a melhoria da infraestrutura viária na década de 1950 permitiram uma maior e mais consistente integração comercial da agricultura local na economia regional, modificando a pauta de produtos produzidos localmente. Identifica-se assim um aumento da importância da produção de grãos (em especial de trigo e milho) e da criação do "porco-banha". Apesar de secundária, constata-se uma ampliação da produção de cana de açúcar para alambiques. Por outro lado, é observada uma diminuição da importância do cultivo do feijão. Essa situação tem relação direta com a possibilidade de escoamento da produção, uma vez que o trigo, o milho e a criação de porco (banha) já eram, desde a década de 1930, os principais produtos de comercialização em outras colônias do Noroeste, que apresentavam uma infraestrutura viária já desenvolvida (CALLEGARO; TREVISAN, 2005; TONIN, 2016; MACHADO et al., 2016). Considerando-se que a produção de banha alcançou o status de segundo produto agroindustrial mais importante do estado, na primeira metade do século XX (CANO, 2008), e por ter sido a base de sustentação do primeiro processo de acumulação da agricultura familiar nas Colônias Novas (SILVA NETO, 2015), cabe ser ressaltadas as características do desenvolvimento

desse sistema de produção na região periférica analisada.

Nesse sentido, enquanto que na grande maioria das Colônias Novas ocorre já a partir dos anos 1950 uma intensificação dos sistemas de criação de suínos (SILVA NETO, 2014, TONIN, 2016; MACHADO et al., 2016; CALLEGARO; TREVISAN, 2005), constata-se que na região de estudo a produção de suínos se pautava em um sistema extensivo de criação, em que os animais eram criados em benfeitorias rústicas e simples. Apesar de sua importância econômica, o sistema de criação do porco (banha) não chega a se generalizar como sistema de criação hegemônico na agricultura familiar local, se diferenciando novamente da dinâmica comum das Colônias Novas (SILVA NETO, 2014). Mesmo a mudança do sistema de criação do porco-banha para o sistema de criação de porco tipo carne⁵, que viria ocorrer a partir dos anos 1950 em grande parte do noroeste, também apresenta particularidades na região de estudo. As características extensivas do sistema de criação do porco (banha) produzida localmente fizeram com que a implementação das técnicas de criação mais intensivas próprias do sistema de criação do porco carne fosse desenvolvida lentamente e de modo seletivo.

No entanto, ao final da década de 1970, constata-se uma importante aceleração nas mudanças na agricultura local. A perda do valor comercial do porco-banha e a desarticulação desse mercado (FRANTZ; SIVA NETO, 2015; CANO, 2008), fazem com que a permanência dos agricultores na atividade suinícola passasse necessariamente por uma profunda reorientação de seus sistemas produtivos. O sistema de criação extensivo, utilizado até então, em conjunto com uma integração tardia ao mercado do porco (banha), foram aspectos que fizeram com que poucos fossem os agricultores que dispusessem de recursos suficientes para empreender a reorientação de seus sistemas produtivos. Assim, constata-se uma perda de importância da produção de suínos na dinâmica geral da agricultura local a partir da década de 1970.

Para uma grande parte dos agricultores locais, a principal alternativa produtiva passa a ser a intensificação de seus sistemas de produção via o cultivo de grãos – milho, trigo e mais tarde soja. Já, para aqueles agricultores, confrontados com maiores limitações internas em suas unidades produtivas – com baixa capitalização, áreas agrícolas

reduzidas e com menor aptidão para produção de grãos – a solução encontrada foi a produção de fumo. Essa conjuntura, associada a crise da fertilidade dos solos nos anos 1970, induz a utilização de insumos externos para a continuidade das atividades agrícolas.

4.4 Sistema Agrário Contemporâneo (1980 – 2017)

Embora o processo de diferenciação social entre os agricultores familiares tenha iniciado a partir dos anos 1950, ou seja, ainda sob a égide do Sistema Agrário Colonial, foi somente na década de 1980 que se identifica uma ampliação da heterogeneidade de agricultores familiares e da complexidade da agricultura local. A reorientação produtiva, empreendida por muitos agricultores a partir da metade dos anos 1970, fez com que fossem aumentados os contrastes entre os agricultores familiares instalados nas diferentes unidades de paisagem dos municípios. Identifica-se assim com certa clareza a ocorrência de diferentes trajetórias de evolução dos sistemas produtivos dos agricultores familiares instalados nas diferentes unidades de paisagem.

Tratando-se do grupo de agricultores que haviam chegado primeiro e colonizado principalmente a Unidade de Encosta, com maior aptidão agrícola, esses tiveram maiores condições para a reorientação dos seus sistemas produtivos e incorporação de elementos da Segunda Revolução Agrícola Capitalista⁶. Além disso, o pacote tecnológico permitiu que nesse período fosse alavancada a produção de grãos nas áreas agrícolas localizadas na Unidade de Planalto. De um modo geral, grande parte dos descendentes dos agricultores que haviam chegado na primeira frente de colonização, e que por consequência detinham uma maior capitalização prévia, passaram a se interessar e usufruir dessas áreas, principalmente na década de 1980 produzindo grãos, tendo a soja importância destacada a partir desse momento. Posteriormente, na década de 1990, a ascensão do neoliberalismo e aumento das dificuldades da agricultura familiar, principalmente aquela relacionada a produção de grãos (DELGADO, 2011; DELGADO, 2012), faz com que grande parte dos agricultores localizados na Unidade Planalto diversifiquem seus sistemas de produção, havendo aumento da importância da produção leiteira. O mesmo é visto, nesse período, para os agricultores

⁵ Deve-se ter claro que o porco tipo carne, tinha como característica ser um animal fruto do melhoramento genético e, por consequência, considerado parte do pacote tecnológico da Segunda Revolução Agrícola Capitalista, também conhecida como Revolução Verde. Assim, a conversão do sistema porco

banha ao porco carne, passava necessariamente pela inversão monetária, para a aquisição dessa tecnologia, externa a unidade produtiva.

⁶ Tal como é chamada a Revolução Verde por Mazoyer e Roudart (2010).

que tinham suas unidades produtivas localizadas na encosta, com declives menos acentuados.

Atualmente, esses agricultores constituem dois tipos. O primeiro chamado aqui de *Agricultor Familiar Leite Grãos*, que se refere aqueles agricultores que até os anos 1990 tinham seu sistema de produção principalmente calcados na produção de grãos - com relativa inserção no pacote tecnológico - mas que a partir desse período diversificam seus sistemas produtivos via inclusão da bovinocultura de leite. O segundo tipo, nomeado como *Agricultor Patronal Leite Grãos e Suíno Integrado*, corresponde a uma variação do primeiro tipo, o qual se encontra inserido nas mesmas unidades de paisagem, apresentando a mesma trajetória histórica. No entanto, a diferença que faz com que esse seja entendido como um novo tipo de agricultor, refere-se ao grau de acumulação de capital atual desses agricultores, o qual é maior que ao do Tipo Familiar Leite Grãos. Além disso, a mão de obra utilizada por esses agricultores não é apenas a familiar, havendo a contratação de empregados para viabilização dos sistemas produtivos⁷. Esses dois tipos se caracterizam por explorarem sistemas de produção calcados na produção de leite e/ou de grãos e/ou suínos, com o último em modelo de produção integrada a grandes frigoríficos da região, havendo assim uma alta intensificação dos sistemas produtivos, alto grau de capitalização e maior dependência externa para reprodução do sistema produtivo, tendo por consequência autonomia produtiva reduzida (PLOEG, 2008).

Já os agricultores familiares da colonização mais tardia, instalados principalmente em áreas localizadas na Unidade de Encosta, onde a produção de grãos não era viável, adotaram outras estratégias produtivas. Nesse sentido, frente a desarticulação do mercado do porco-banha, estes agricultores passaram a se envolver com a produção de fumo. Tal cultivo teve grande importância para esses agricultores dos anos 1980 até 2010. No entanto, desde a década de 1990, é notado um aumento das estratégias produtivas empreendidas pelos agricultores inseridos na unidade de encosta. Desse modo, são destacados três Tipos que atualmente representam os agricultores principalmente inseridos nessas áreas.

O primeiro diz respeito ao *Tipo Familiar Diversificado*. Esse agricultor surge ainda nos anos 1990, momento em que se inicia um processo de busca de alternativas a produção de fumo. Atualmente, os representantes desse Tipo se dedicam principalmente a produção de frutas e oleícolas. As principais características desse grupo

de agricultores é a exploração intensiva da mão de obra e da terra, podendo também ser observada uma tendência de uso moderado de produtos externos as unidades de produção, possibilitando assim uma aproximação desses sistemas produtivos aos sistemas de produção preconizados pela agroecologia (GLIESSMAN, 2009; SILVA NETO, 2016), ou ainda ao conceito de autonomia (PLOEG, 2008).

O segundo tipo representa os agricultores que se inseriram principalmente na produção de leite como alternativa a produção de fumo, a partir da metade dos anos 2000 e com maior intensidade nos anos 2010. Esse tipo é aqui chamado como *Agricultor Familiar Leite*. Diferente da produção análoga empreendida pelo Tipo Agricultor Patronal Leite Grãos e Suíno Integrado ou ainda pelo Tipo Familiar Leite Grãos, a característica da produção de leite desse tipo é de ser produzida em áreas menores e com escala de produção reduzida, havendo em muitos casos uma menor intensificação do uso de insumos, e, por consequência, uma tendência de minimização da dependência externa.

Já a terceira estratégia, se refere a própria produção de fumo. Como destacado, esta teve grande importância, na unidade de encosta, nos anos 1980 até 2010. Porém, atualmente, pode ser considerada como um tipo secundário, isso é, um Tipo de Agricultor o qual possui uma menor importância numérica em relação aos demais Tipos de agricultores. Tal fato é decorrente da própria tendência de conversão dos sistemas produtivos para a produção de hortifrutigranjeiros e principalmente para a produção de leite nas últimas décadas. De todo modo, a característica principal desse tipo é de desenvolver a produção em sistema integrado com as empresas fumageiras, o que por sua vez diminui a autonomia dos produtores (BREITBACH, 2014). Além disso, esses agricultores apresentam uma tendência de diversificação do sistema produtivo com a produção de leite em pequena escala e por vezes com atividades não agrícolas.

O tipo Agricultor Familiar Gado de Corte está inserido principalmente na Unidade de Vale. Unidade da paisagem a qual embora possui um relevo plano apresenta baixa aptidão ao cultivo de grãos, tanto por aspectos pedológicos quanto pela susceptibilidade à inundação nos períodos de enchente do Rio Uruguai. Muitas das unidades de produção que se dedicam a produção de Gado de Corte, no passado se dedicavam a produção de grãos. No entanto, a menor aptidão dessas áreas para que houvesse uma intensificação desses

⁷ Deve se destacar que o Agricultor Patronal ainda apresenta conformidade com a Lei 11.326/2006, sendo chamado aqui dessa

forma em função de ser o único Tipo que contrata mão de obra para viabilizar seus sistemas de produção.

cultivos, bem como a crise da Agricultura Familiar dos anos 1990, fizeram com que desde então a produção de gado de corte ganhasse força nessa unidade da paisagem, conformando atualmente o *Tipo Agricultor Familiar Gado de Corte*. Tal sistema produtivo é, de um modo geral, baseado no uso extensivo de terra e de mão de obra, figurando como uma estratégia comumente empregada por agricultores já aposentados e sem sucessão familiar. Cabe destacar também, que os agricultores que tiveram tal trajetória, têm como característica comum fazerem parte do grupo de agricultores que mais tardiamente ocuparam o território analisado.

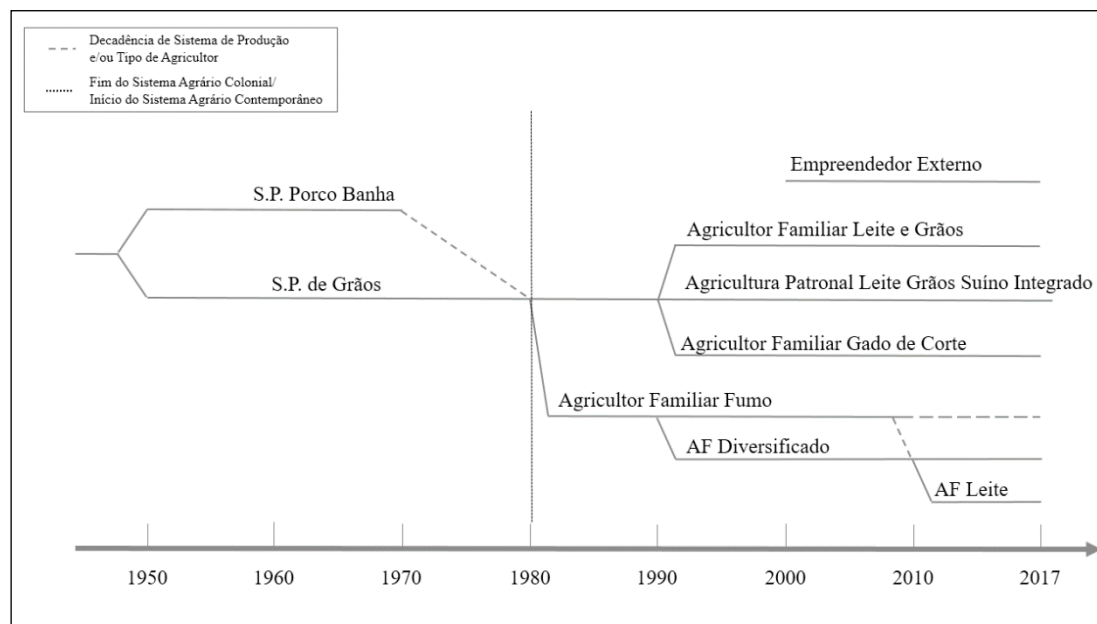
Em paralelo a esses seis tipos de agricultores familiares, uma nova dinâmica tem conformado o sétimo Tipo de agricultor, o qual tem incidido sobre a dinâmica do Sistema Agrário Contemporâneo. Tal dinâmica se refere a produção de gado de corte por empreendedores externos à agricultura, conformando assim o Tipo *Empreendedores Externos*. Dado que a agricultura local ainda sofre com a presença do êxodo rural e consequente existência de propriedades sem sucessão familiar, a oferta de terras para venda tem atraído investidores externos. Tais investidores tem adquirido um grande número

de pequenas propriedades, passando a explorar a produção de gado de corte em sistemas extensivos e semiextensivos, em unidades de produção com superfície agrícola útil superior àquelas exploradas pela agricultura familiar local.

Espacialmente essa dinâmica ocorre principalmente na Unidade de Vale, se desenvolvendo também em alguns locais da Unidade de Encosta. A característica principal desse tipo é de agregar indivíduos que possuem atividades, e rendas principais, advindas do comércio e da prestação de serviços, ou seja, externas a agricultura. Tais indivíduos são atraídos pelo baixo preço das terras e, na grande parte dos casos, utilizam tais áreas como reserva de valor. Nesse sentido, cabe ser pontuado que os principais tipos ameaçados por essa dinâmica são: o Agricultor Familiar Gado de Corte, o Agricultor Familiar Fumo, o Agricultor Familiar Leite e o Agricultor Familiar Diversificado.

A Figura 3 busca demonstrar graficamente a diferenciação da agricultura nos anos finais do Sistema Agrário Colonial e durante o Sistema Agrário contemporâneo, onde são destacadas os sete tipos que conformam a agricultura atual.

Figura 3 - Evolução e diferenciação de sistemas de produção (S.P.) e tipos de agricultores ao final do Sistema Agrário Colonial e ao longo do Sistema Agrário Contemporâneo.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Atualmente, em termos de representatividade numérica, segue-se a seguinte ordem. O Agricultor Familiar Leite pode ser considerado como o mais numeroso dentre os agricultores familiares dos três municípios. Em seguida a este se encontram os Tipos Agricultor Familiar Leite Grãos e Agricultor Familiar Gado de Corte. Já, o Agricultor Familiar

Diversificado e Agricultor Patronal Leite Grãos e Suíno Integrado, são os menos numerosos. Por último, apesar de serem pouco representativos em termos numéricos, os Empreendedores Externos utilizam grandes áreas de terra dos três municípios.

5 À GUIA DE CONCLUSÃO: DINÂMICAS ATUAIS DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA LOCAL E SEUS CONTRASTES

Inicialmente, apresentava-se a esse trabalho duas questões básicas de pesquisa. A primeira relacionada a apreender as especificidades do processo de evolução e diferenciação da agricultura em regiões periféricas. Nesse sentido, a reconstituição da evolução e diferenciação da agricultura dos municípios de Porto Xavier, Porto Lucena e Porto Vera Cruz confirmou a problemática inicialmente elencada: o terceiro movimento de colonização do Rio Grande do Sul, por imigrantes europeus não ibéricos, pode ser caracterizado pela precariedade, heterogeneidade e consequente conformação de uma dinâmica da agricultura fortemente marcada por um caráter periférico. Assim, identificou-se que o processo de colonização tardio e aleatório, associado a existência de uma numerosa comunidade de indivíduos não alvos da política de colonização, e de limitações de ordem geomorfológica e de inserção a dinâmica econômica regional, são elementos fundamentais para a compreensão da dinâmica da agricultura da região de estudo.

Como efeito da dinâmica periférica da agricultura local, a adoção parcial e seletiva, nos primórdios da colonização, da produção de suínos (banha), impediram os agricultores locais de empreenderem a capitalização de suas unidades produtivas. As dificuldades de transporte e a baixa aptidão agrícola de parte dos solos da Unidade de Encosta e de grande parte da Unidade de Vale não fizeram mais que amplificar esta situação. A este cenário de limitação das possibilidades de desenvolvimento endógeno, se agregaria ao longo do tempo um numeroso contingente de habitantes locais, descendentes dos caboclos e mesmo de agricultores familiares locais, empobrecidos e descapitalizados.

A impossibilidade de efetivação do ciclo virtuoso da agricultura colonial impulsionado pela produção de suínos (banha), a qual foi, de um modo geral, central para a modernização da agricultura da região noroeste a partir da década de 1960, seria uma barreira insuperável para grande parte dos agricultores que conformam a agricultura analisada. Pois como destacado, para o caso da agricultura local, a inserção no mercado do suíno (banha) teve menor importância, o que de um modo geral

suscitou em uma menor capitalização prévia da agricultura para absorção do pacote tecnológico difundido principalmente depois dos anos 1970.

Assim a dinâmica de desenvolvimento e crise⁸, comum em outros locais do noroeste, embora ocorrente na região, se encontra em um processo menos avançado e tem menor hegemonia de incidência. Isso pode ser facilmente inferido quando considerado que o Tipo Patronal Leite Grãos e Suíno Integrado não é o tipo de agricultor hegemônico e dominante na dinâmica agrícola local, inclusive também não sendo, o principal causador da exclusão dos demais agricultores do processo produtivo.

As diferentes características de ordem agroambientais, que se cristalizam nas três unidades de paisagem destacadas, conferiram uma marcante heterogeneidade na realidade agrária e uma dinâmica interna desigual. Desse modo, tratando-se da heterogeneidade, cabe destacar que as estratégias produtivas adotadas pelos agricultores apresentam ampla relação com a história agrária local e com as características agroambientais das unidades da paisagem em que os agricultores estão inseridos. Nesse sentido, enquanto na Unidade Planalto se pode identificar uma maior presença de agricultores patronais dedicados à produção de grãos, na Unidade de Encosta há predominância de agricultores familiares implementando sistema de produção baseados no fumo, no leite, na fruticultura e na olericultura. Em mesma linha, é verificado também que na Unidade de Encosta há uma maior ocorrência de agricultores implementando sistemas de produção com menor absorção do pacote tecnológico da Segunda Revolução Agrícola Capitalista, e por consequência, em certos casos, possuindo uma maior autonomia produtiva. Contraditoriamente, pode-se destacar que foi nessa unidade de paisagem e na Unidade de Vale que ocorreu e ainda ocorre o mais intenso êxodo rural e a inexistência de sucessão familiar. Isso pode ser inferido pela crescente e contínua expansão nos últimos anos dos Empreendedores Externos nesses locais.

Em relação ao desenvolvimento desigual, cabe reafirmar que as especificidades históricas e ambientais também se traduziram em diferentes graus de acumulação, de modo que, geralmente, os agricultores da Unidade Planalto e Encosta, os quais são descendentes daqueles imigrantes da primeira frente de colonização e principalmente conformam os Tipos Patronal Leite Grãos Suíno Integrado e Familiar Leite Grãos, ainda nos dias de hoje

⁸ Segundo Mazoyer e Roudart (2010), a dinâmica de desenvolvimento e crise é basicamente caracterizada pelo desenvolvimento de parte dos agricultores que absorvem o pacote tecnológico da Segunda Revolução Agrícola Capitalista

(Revolução Verde); enquanto que a grande maioria dos demais sofrem uma sistemática exclusão e retrocesso, por não acumularem meios suficientes para o aumento crescente da produção, via adoção dessa tecnologia.

apresentam maiores índices de capitalização. Nesse sentido, é emblemático o fato de que embora possa ser acusada uma desigualdade na agricultura, o índice de Gini da estrutura fundiária dos três municípios são baixos, indicando uma baixa desigualdade. No entanto, cabe destaque para o fato de que é comum, na dinâmica agrícola local, que os agricultores com uma maior capitalização tomem terras de arrendamento de outros produtores, sendo os últimos geralmente agricultores com problemas de sucessão familiar e de acumulação de capital. Indo de encontro disso, embora haja uma aparente distribuição fundiária, os indicadores relacionados a pobreza, por exemplo, são preocupantes. Tais evidências confirmam, por sua vez, o caráter periférico da agricultura analisada.

Enfim, a compreensão da realidade agrária local permitiu colocar em evidência algumas generalidades e especificidades que revelam a dinâmica de desenvolvimento da agricultura desta região. A primeira generalidade, que é comum a grande parte dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul, se caracteriza pela necessidade dos agricultores familiares de buscarem constantemente aumentar a produtividade e o uso de insumos externos, para garantir a permanência na atividade. A segunda generalidade pode ser identificada naqueles agricultores familiares que lançam mão de estratégias diferenciadas para o desenvolvimento dos seus sistemas produtivos, na busca de assegurar a sua reprodução enquanto categoria social. Já uma especificidade da agricultura local, se relaciona a existência de empreendedores externos à agricultura local e que operam na agricultura via desenvolvimento de sistemas de produção extensivos. A última, e possivelmente mais importante especificidade, se relaciona ao complexo e desigual processo sócio-histórico de formação da agricultura analisada, a qual possui reflexo na agricultura contemporânea.

REFERÊNCIAS

- BREITBACH, Á. C. M. A região de Santa Cruz do Sul e o fumo: panorama de uma “especialização” nociva. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 43-62, 2014.
- CALLEGARO, S. S.; TREVISAN, L. P. Análise-Diagnóstico da agricultura de Santa Rosa. In: SILVA NETO, B.; BASSO, D. (Org.) **Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul: Análise e Recomendações de Políticas**. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2005. p. 287 - 297.
- CANO, W. **Desconcentração produtiva regional do Brasil:1970-2005**. São Paulo: Editora Unesp. 2008, 296p.
- CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S.; WAQUIL, P. D. Estilos de Agricultura: uma perspectiva para a análise da diversidade da agricultura familiar. **Ensaio FEE**, v. 31, p. 149-186, 2010.
- DELGADO N. G. Política econômica, liberalização comercial e agricultura familiar: A experiência brasileira das décadas de 1980 e 1990. In: BONNAL, P.; LEITE, S. P. (org.). **Análise Comparada de Políticas Agrícolas**. Rio de Janeiro, RJ: Mauad X, 2011.p. 279 - 241.
- DELGADO, G. C. Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012), Porto Alegre: UFRGS, 2012, 142p.
- DUFUMIER, M. **Projetos de Desenvolvimento Agrícola: manual para especialistas**. Salvador: Edufba, 2007, 325p.
- DURDUMEL, T.; BASSO, D.; LIMA, A. P. **Política Agrícola e Diferenciação da Agricultura na Região Noroeste do RS**. Ijuí, ED. Unijui, 1995, 65p.
- FRANTZ, T. R.; SILVA NETO, B. A formação histórica dos sistemas agrários do Rio Grande do Sul. In: SILVA NETO, Benedito; BASSO, David. (Org.) **Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul. Análise e Recomendações de Políticas**. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2015. p. 33 - 98.
- GLIESSMAN, S. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 4. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009, 653p.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<https://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/estado/divisao-geopolitica-do-rs/>> Acessado em: 23 jan. 2017.
- KERN, A. A. Antecedentes Indígenas: problemáticas teórico-metodológicas das sínteses sobre a pré-história regional. **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v. 8, p. 15-24, 1994.
- KUJAWA, H.; TEDESCO, J. C. Demarcações de terras indígenas no norte do Rio Grande do Sul e os atuais conflitos territoriais: uma trajetória histórica de tensões sociais. **Tempos Históricos**, v. 18, p. 67-88, 2014.
- LEONARDO. Agricultura familiar e agrocombustíveis: Uma avaliação socioeconômica e produtiva de produtores de Cana de Açúcar de Porto Xavier e Roque Gonzáles, Porto Alegre, 2010, 108f. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.
- MACHADO, J. T. M.; TONIN, J.; SILVA NETO, B. Situação e perspectivas da agricultura do município de Cerro Largo (RS): um estudo baseado na análise-diagnóstico de sistemas agrários. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 11, 2016, Pelotas. **Anais...** Pelotas: SBS P 2016.
- MARTINI, M. L. F. Sobre o caboclo camponês “um gaúcho a pé”. Porto Alegre, 1993, 366f. **Dissertação** (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1993.
- MARTINS, J. S. **Capitalismo e tradicionalismo: estudo sobre as contradições da sociedade agrária do Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1975. 189p.
- MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010, 565p.
- MIGUEL, L. A. (Org.). **Dinâmica e Diferenciação de Sistemas Agrários**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, 147 p.
- MIGUEL, L. A. Entre Campos e Florestas: origem e evolução da agricultura do Rio Grande do Sul/Brasil. In: SÉMINAIRE FRANCO-BRÉSILIEU - DIALOGUES CONTEMPORAINS SUR LA QUESTION AGRAIRE ET L'AGRICULTURE FAMILIALE AU BRESIL ET EN FRANCE, 1, 2013. Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre : UFRGS 2013.
- NIEDERLE, P. A. Mercantilização, estilos de agricultura e estratégias reprodutivas dos agricultores familiares de Salvador das Missões, RS. Porto Alegre, 2007, 219f. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento Rural), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

- PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul**. Mercado Aberto: Porto Alegre, 1984.
- PLOEG, J. D. Van Der. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, 371p.
- PNUD, IPEA e FJP, **Atlas de desenvolvimento humano do Brasil**, 2017. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 24 jan. 2017.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO LUCENA. **Porto Lucena: "Terra da Hospitalidade" (1955-2003)**. Porto Lucena: Smec, 2003, 43p.
- REICHERT, P. Origem e trajetória do caboclo de Porto Novo: a formação da sua identidade camponesa. **Cadernos CEOM**. v. 23, n. 1, p. 267- 287, 2010.
- RUCKERT, A. **A trajetória da terra: Ocupação e colonização do centro norte do Rio Grande do Sul: 1827-1931**. Passo Fundo, Ediupf, 1997. 701 p.
- SILVA NETO, B. Sistemas Agrários e Agroecologia: a dinâmica da agricultura e as condições para uma transição agroecológica no município de Porto Xavier (RS). **Rev. Bras. de Agroecologia**, v. 9, n. 2., p. 15-29, 2014.
- _____. **Agroecologia e Análise Econômica de Sistemas de Produção: Uma análise baseada no materialismo histórico e dialético**. Chapecó: UFFS. 2016, 128p.
- _____. Apresentação á 2ª edição. In: SILVA NETO, Benedito; BASSO, David. (Org.) **Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul. Análise e Recomendações Políticas**. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2015a. p. 17- 21.
- _____. Introdução. In: SILVA NETO, Benedito; BASSO, David. (Org.) **Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul. Análise e Recomendações de Políticas**. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2015b. p. 25 - 29.
- _____. Les potentialités de l'agriculture familiale dans une région de grands domaines d'élevage extensif. Contribution à la réflexion sur la réforme agraire dans l'État du Rio Grande do Sul (Brésil). Paris, 1994, 198f. **Tese** (Doutorado). Intituit National Aagronomique Paris-Grigon, 1994.
- SILVA NETO, B.; OLIVEIRA, A. Agricultura familiar, desenvolvimento rural e formação dos municípios do Estado do Rio Grande do Sul. **Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ)**, 16, p. 83-108, 2008.
- SPONCHIADO, B. A. O positivismo e a colonização do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2000, 347f. **Dissertação**. (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica, 2000.
- STRECK, E. V. **Solos do Rio Grande do Sul**. 2. ed. revisada e ampliada. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- SUERTEGARAY, D. M. A.; GUASSELLI, L. Paisagens (imagens e representações) do Rio Grande do Sul. In: VERDUM, R.; BASSO, L. A.; SUERTEGARAY, D. M. A. **Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004. p. 27-38.
- TONIN, J.; MACHADO, J. T. M.; SILVA NETO, B. Problematizando o desenvolvimento rural a partir de uma análise do sistema agrário do município de São Pedro do Butiá, RS In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 11, 2016, Pelotas. **Anais...** Pelotas: SBSP 2016TOSS.
- ZARTH, P. **História agrária do planalto gaúcho -1850-1920**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997, 208p.